



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

### O território epistemológico camponês por egressos de casas familiares rurais do Brasil e de Portugal

AN Original

O território camponês constitui-se por uma diversidade de povos e de lutas, que se espacializam como formas de resistência pela própria existência. Nos campos de disputas que abrangem a questão agrária e que(...)

Por Angelita Zimmermann



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

### Carta de Normandia

AN Original

Entre os dias 9 e 10 de dezembro, foi realizado no Centro de Formação Paulo Freire localizado no Assentamento Normandia do MST em Pernambuco, uma oficina da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS). A UPMS(...)

Por Oficina da UPMS no Centro de Formação Paulo Freire em Normandia



es Reflexión Anti-Capitalismo Anticolonialismo Anti-Heteropatriarcado

### La nueva contra-insurgencia en América Latina

AN Original

Una serie de protestas, levantamientos, paros y movilizaciones sacuden nuestro continente: Ecuador, Haití?, Chile, Bolivia y Colombia se han sucedido en apenas dos meses. Estos acontecimientos han cambiado el(...)

Por Verónica Gago



en News Anti-Capitalism Anti-Colonialism

### 2020 Migrating Rights | Keywords Series

AN Original - Migrating Rights

The Inter-Thematic Group on Migrations (ITM) was established in 2017 by a group of scholars interested in developing a critical framework to unravel the conundrum of images and imaginaries concerning migrant and(...)

By Maria Elena Indelicato



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

### Les misérables riches III – Não somos pessoas, somos cabritos

AN Original - Alice Comenta

Moçambique vive no presente um ciclo de capitalismo financeiro-extractivista baseado em mega-projectos. Por outras palavras a sua economia está baseada na extracção de recursos minerais, energéticos e na(...)

Por Teresa Cunha



es Noticias Anti-Capitalismo Anticolonialismo

### EXIGIMOS LA LIBERACIÓN INMEDIATA DE MARÍA EUGENIA CHOQUE QUISPE

María Eugenia Choque Quispe lleva injustamente detenida desde el 10 de noviembre en los inicios del actual Golpe de Estado que sufre Bolivia, bajo falsas inculpaciones de presunto fraude electoral, por su cargo como(...)

Por Begoña Dorronsoro



en Reflection Anti-Capitalism Anti-Colonialism Anti-Heteropatriarchy

## Social Contradictions in the United States and the Rise of Right-Wing Extremism

AN Original

Politics is everywhere whether we notice, like it or not. Apart from the common misconception that politics is a game controlled by only a few and ambitious groups, politics serves as a key tool to transform society(...)

By Lucas Martins Carvalho



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

## Educação, cultura e responsabilidade: as 'outras' línguas e outros 'saberes'

AN Original - Alice Comenta

Este artigo faz parte da série Alice Comenta, da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.

Por Maria Paula Meneses



pt Notícias Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

## Carta aberta ao Presidente da Colombia, Iván Duque Márquez

AN Original

Estimado Presidente Iván Duque Márquez, receba as minhas saudações cordiais.

Por Boaventura de Sousa Santos



en Reflection Anti-Capitalism Anti-Colonialism Anti-Heteropatriarchy

## Toilet Talks for World Toilet Day

AN Original

November 19th is World Toilet Day. Building on a previous campaign by the World Toilet Organisation, and designated by the UN in 2013, a different theme each year aims to highlight neglected and underreported aspects(...)

By Marcus Erridge



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

## Democracia: a partícula central da sociedade.

AN Original

Todas as manhãs, na fronteira leste entre França e Suíça, dezenas de cientistas de variadas nacionalidades emprestam seus conhecimentos afim de manipular uma máquina de aproximadamente 27 km de extensão,(...)

Por Rafael dos Santos da Silva

SUGESTÕES

SUGGESTIONS

Facebook Twitter YouTube RSS

Centro de Estudos Sociais Tel +351 239 855 570  
 Colégio de S. Jerónimo Fax +351 239 855 589  
 Apartado 3087  
 3000-995 Coimbra, Portugal alicenews@ces.uc.pt



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.  
 Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
 Original contents licenced CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

You received this message because you are subscribed to the Alice News Newsletter. If you do not want to receive it again, [click here](#).

# O território epistemológico camponês por egressos de casas familiares rurais do brasil e de portugal

## AN Original

2019-12-19

Por Angelita Zimmermann

O território camponês constitui-se por uma diversidade de povos e de lutas, que se espacializam como formas de resistência pela própria existência. Nos campos de disputas que abrangem a questão agrária e que determinam as relações de produção na sociedade, a formação dos Centros Familiares de Formação por Alternância tem contribuído com a territorialização de jovens agricultores e suas famílias, em seus lugares de vida e de trabalho.

As Casas Familiares Rurais, e sua produção territorial coletiva, contribuem para o que chamamos de *território epistemológico camponês*, na medida em que ocorre simultaneamente a transformação dos sujeitos e do espaço, num movimento de reconhecimento do saber camponês. Desde a origem, na França, em 1935, em um período entre guerras, estas escolas tiveram o propósito de desenvolver o meio local buscando uma educação e um processo formativo em que o jovem estudante pudesse passar um período na escola e outro em casa, alternando tempos, espaços e saberes, sem deixar seu lugar de vida. Deste modo, tais instituições têm alargado as possibilidades de permanência e ação dos jovens no campo e, por meio da interrelação educação e trabalho, integram uma práxis transformadora na vida destes sujeitos.

A experiência de vida e as epistemologias do modo de vida camponês vêm sendo negadas como ciência moderna pelo capital. O propósito deste estudo foi compreender as transformações na (re)produção da vida dos egressos da Escola de Ensino Médio Casa Familiar Rural Três Vendas/Brasil, e da Casa Escola Agrícola Campo Verde/Portugal, reconhecendo a união entre conhecimentos científicos e ancestrais, originados da luta e resistência cotidiana. A pesquisa foi desenvolvida entre 2016 e 2019, sendo um período com camponeses brasileiros e outro no campo português, e instrumentalizou-se em entrevistas, vivências e observações, nas escolas e nas moradias dos entrevistados.

A Casa Familiar Rural Três Vendas, localizada na região noroeste do Rio Grande do Sul, em Catuípe, Brasil, conta com 60 egressos do período 2008-2016. Foi fundada em 2005 e, nestes 14 anos, a escola trabalha com formação em Agricultura. Inicialmente oferecia curso de qualificação aos agricultores e, a partir de 2013, certifica o Ensino Médio em Técnico em Agricultura. São camponeses que buscam uma educação que possa contribuir com a melhoria das condições de vida do jovem do campo. As famílias têm cinco integrantes em média, que possuem em torno de 12 hectares por estabelecimento familiar agrícola, sendo todos proprietários da terra. O trabalho é exclusivamente familiar e possui uma característica reprodutiva baseada na diversificação de culturas, relacionada à produção leiteira, grãos, hortifrutí, ovos, suínos, gado, peixes, mel, entre outras. Os egressos desenvolvem um Projeto Profissional de Vida iniciado desde a formação na escola e que continua sendo essencial para a reprodução familiar. Noventa por cento (90%) dos jovens permanece no campo e continua o trabalho e modo de vida dos pais.

A Casa Escola Agrícola Campo Verde, localizada na região norte de Portugal, em Póvoa do Varzim, tem em seu território 216 egressos no mesmo período. Desde sua fundação, em 1989, o foco formativo foi na agricultura. No entanto, atualmente, oferece uma diversidade de cursos que se relacionam ao trabalho no campo, sem necessariamente, ser em agricultura. As famílias estão constituídas com quatro integrantes em média. Os estabelecimentos possuem, em média, 25 hectares de terra própria, com trabalho familiar dedicado exclusivamente à produção leiteira, com uma média de 150 vacas em cada exploração. A produção territorial que envolve esta escola tem a permanência de 90% dos egressos no campo, os quais também objetivam a sucessão geracional.

Estes camponeses objetivam, sobretudo, a auto-sustentabilidade, ou seja, conseguir, no seu espaço de produção, o maior nível de auto-suficiência possível (trabalho familiar, recursos naturais, fertilidade do solo, água, produção alimentar, trocas de serviços, maquinários e saberes, lazer e vivência comunitária), o que têm ajudado a melhorar a qualidade de vida de suas famílias, do local e do território.

A Casa Escola Agrícola Campo Verde e a Casa Familiar Rural Três Vendas se diferenciam da escolarização formal porque atuam com uma dinâmica camponesa voltada à produção de bons alimentos, valores de solidariedade e convivência por meio de trocas de saberes e de fazeres, mutirões, cooperativas, associações, trocas e usos coletivos de instrumentos e maquinários. Contudo, a reprodução dos egressos reflete a incorporação de processos de produção do campesinato contemporâneo, pois ocorre conforme as mudanças estruturais de uma época histórica (dimensão diacrônica), mas também, há padrões da própria especificidade camponesa destes sujeitos, ou seja, intrínsecos ao sistema estrutural e territorial das Casas Familiares Rurais com relação ao campo e à vida destes sujeitos (dimensão sincrônica).

No entrelaçamento entre território e cultura constitui-se uma reciprocidade entre os fazeres e saberes dos camponeses brasileiros e portugueses. As principais aproximações desta interculturalidade dizem respeito à organização do trabalho e economia familiar e ao significado do trabalho;

Associação/Cooperativas; diversificação de culturas para o consumo familiar; sucessão geracional; os valores familiares e de convivência comunitária (solidariedade, cooperação, ancestralidade, aprendizagem); conhecimento/saberes pela segurança e soberania alimentar e a transição para a agroecologia.

Quanto ao campo, podemos destacar a principal característica dos contraditórios movimentos do território camponês estudado: enquanto no Brasil, o campo está cada vez mais unificado pelo capital, em suas relações capitalistas e não-capitalistas de produção, o campesinato se move para a diversificação de culturas, voltando-se à ancestralidade, com policultivos e ações agroecológicas em suas propriedades/moradias e, deste modo, os egressos brasileiros estão unificados pela diversificação de cultivos. Em Portugal, o país que tem uma história de agricultura tradicional, diversificada e com pouca mecanização, hoje, está organizado político-economicamente de modo a estabelecer um rol maior de concorrência no mercado, interno e externo, e, em consequência, a Política Agrícola Comum organiza a produção por regiões. Nesta realidade produtiva, os camponeses do norte estão unificados pela produção do leite.

O campesinato não existe sem o território e as Casas Familiares Rurais aqui referendadas são exemplos de territorialidades mediadoras da apropriação e reconhecimento dos saberes camponeses. O território epistemológico camponês é, portanto, uma área epistemo-política que compreende a possibilidade do conhecimento intrínseco à experiência de vida camponesa, pois considera a origem (o conhecimento camponês, ancestral, tradicional), a estrutura (características que fundamentam este saber/conhecimento), e o método (processo de produção do conhecimento originado da transformação da natureza e reprodução da vida) do saber/conhecimento que se constitui na luta e na resolução dos desafios vivenciados pelos sujeitos no e do campo.

A visão ressaltada pelos camponeses é de que *se não houver reconhecimento por parte da sociedade não existirá mais o agricultor, poderá haver agricultura, mas não o camponês*. Deste modo, compreendemos que a visibilização e validação do saber/conhecimento dos egressos e das casas familiares em questão ampliam o território epistemológico camponês como forma de luta e resistência do campesinato contemporâneo.

---

Este texto foi elaborado no âmbito do meu estágio doutoral no Centro de Estudos Sociais (em 2019) sob a supervisão da Doutora Manuela Guilherme, Investigadora sénior desta instituição.

Angelita Zimmermann - Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria, BR, com Estágio de Doutoral (em 2019) no Centro de Estudos Sociais/UC, PT.



EPISTEMOLOGIAS  
DO SUL



Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

# Carta de Normandia

## AN Original

2019-12-17

Por Oficina da UPMS no Centro de Formação Paulo Freire em Normandia

Entre os dias 9 e 10 de dezembro, foi realizado no Centro de Formação Paulo Freire localizado no Assentamento Normandia do MST em Pernambuco, uma oficina da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS). A UPMS é um espaço de encontro e intercâmbio dos movimentos sociais para articular conhecimentos diversos, fortalecendo novas formas de resistência e contribuindo para a reinvenção da emancipação social.

Os que estavam presentes elaboraram a carta abaixo, que foi lida por Marília Nepomuceno e José da Cunha Júnior (Karajá) no Seminário Internacional Superar violências, construir alternativas, escrever um novo mundo realizado em Caruaru, Pernambuco.



Oficina da UPMS no Centro de Formação Paulo Freire em Normandia. Foto: Scarlett Rocha.

Estivemos no Agreste pernambucano, entre os dias 9 e 10 de dezembro de 2019, reunidos no assentamento Normandia, onde funciona o Centro de Formação Paulo Freire (CFPF), numa atividade denominada Universidade Popular dos Movimentos Sociais. Participaram da atividade:

**Advogados pela Democracia; ASA – Articulação do Semiárido; Articulação do Sertão Anti-Nuclear; Caranguejo Uçá; CES - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra; CEPA – Centro de Educação Popular Assunção ; CIMI – Conselho Indigenista Missionário; CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas; Coletivo Aimirim – UFPE; CRDH Semiárido - Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal Rural do Semiárido; Comunidade Quilombola de Castainho; CPT – Comissão Pastoral da Terra; Curupiras: Colonialidades e Outras Epistemologias; FME – Fórum Municipal de Educação de Caruaru; FETAPE – Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Pernambuco; FMPE – Fórum de Mulheres de Pernambuco; Lutas e cores; GRITT – UFPE; MMM – Marcha Mundial das Mulheres; MMTR –**

**Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais; MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; NEABI – Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Índigenas (Projeto Baobá-Ymyrapytã) da Universidade Federal da Paraíba – UFPB ; Observatório dos Movimentos Sociais – CAA/UFPE; Rede Nacional de Parteiros Tradicionais do Brasil; RENAP – Rede Nacional de Advogadas e advogados populares; SERTA – Serviço de Tecnologias Alternativas; UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco; Povo Xukuru Do Ororubá;**

Somos educadoras e educadores populares, ativistas, coletivos, grupos étnico-raciais, organizações não-governamentais, movimentos sindicais rural e urbano e movimentos sociais, que atuam no campo e na cidade. Estamos reunidas e reunidos diante de uma urgência de luta contra a aceleração de retrocessos e ataques a direitos, frente a um crescente processo global de avanço do conservadorismo. No Brasil, o governo Bolsonaro dá força a esta crescente onda de opressões patriarcais, coloniais e capitalistas.



*Marília Nepomuceno e José da Cunha Júnior (Karajá). Foto: JP Seixas / Ascom Adufepe.*

#### **Nestes dois dias destacamos:**

- 1) O nosso apoio irrestrito ao Centro de Formação Paulo Freire, que é um dos maiores centros de referência em educação popular, educação do campo, agroecologia e formação política do país, contra os ataques que vem recebendo por parte da Justiça e do INCRA desde agosto de 2019, a partir de uma ordem de despejo, emitida pelo Juiz da 24ª Vara Federal de Caruaru, que está temporariamente suspensa por ordem do TRF da 5ª Região.
- 2) A necessidade de nossa unidade na luta contra o capitalismo, fascismo, patriarcalismo, imperialismo, LGBTIfobia, racismo, e a favor da causa indígena, quilombola e de povos e comunidades tradicionais, camponesa, da luta urbana e das trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade, com o grande desafio de superar a fragmentação das lutas. Entendemos, assim, que alguns princípios nos conectam: busca por justiça social, democracia, emancipação, bem viver, indignação, necessidade de mudança, e um forte sentimento de ameaça que nos mostra a urgência de resistir em defesa da vida.
- 3) A necessidade de construirmos experiências de formação conjuntas, que agreguem ao mesmo tempo o formato participativo e autônomo da educação popular, a formação política, e a construção de diálogos de saberes comprometidos com lutas sociais contra o capitalismo, o colonialismo, o racismo e o patriarcado;
- 4) A importância de realizarmos a UPMS enquanto espaço político e coletivo de formação, construído a partir das trocas entre coletivos organizados, com o duplo objetivo de aumentar o conhecimento recíproco entre os movimentos e organizações, e tornar possíveis ações coletivas conjuntas;
- 5) A necessidade de aprofundar o compromisso da Universidade Pública com as lutas populares e suas organizações
- 6) A importância de, enquanto UPMS, ampliarmos o debate para grupos sociais oprimidos com quem não temos conseguido dialogar;

Para dar seguimento aos trabalhos, nos comprometemos a: Construir uma Escola de Formação da Universidade Popular Movimentos Sociais que se localizará no Centro de Formação Paulo Freire, no SERTA, e demais espaços formativos, realizando atividades político pedagógicas que serão construídas de forma horizontal, respeitando os princípios e pautas dos movimentos e instituições envolvidas.

Convidamos outros coletivos que se identifiquem com as propostas aqui apresentadas para se somar nessa construção.

**10 de dezembro de 2019**

**Assentamento Normandia, Caruaru, Pernambuco, Brasil**

# 2020 Migrating Rights | Keywords Series

## AN Original - Migrating Rights

2019-12-11

By Maria Elena Indelicato

The Inter-Thematic Group on Migrations (ITM) was established in 2017 by a group of scholars interested in developing a critical framework to unravel the conundrum of images and imaginaries concerning migrant and asylum seekers. Since the beginning of its activities, ITM also aimed at involving activists as well as the protagonists of current migrations in a dialogue that cut across disciplinary fields and methods. Most importantly, ITM was funded to endorse the idea that the so-called crisis rather than being one of migrants and migrations is one of the European space and related conception of the global space.

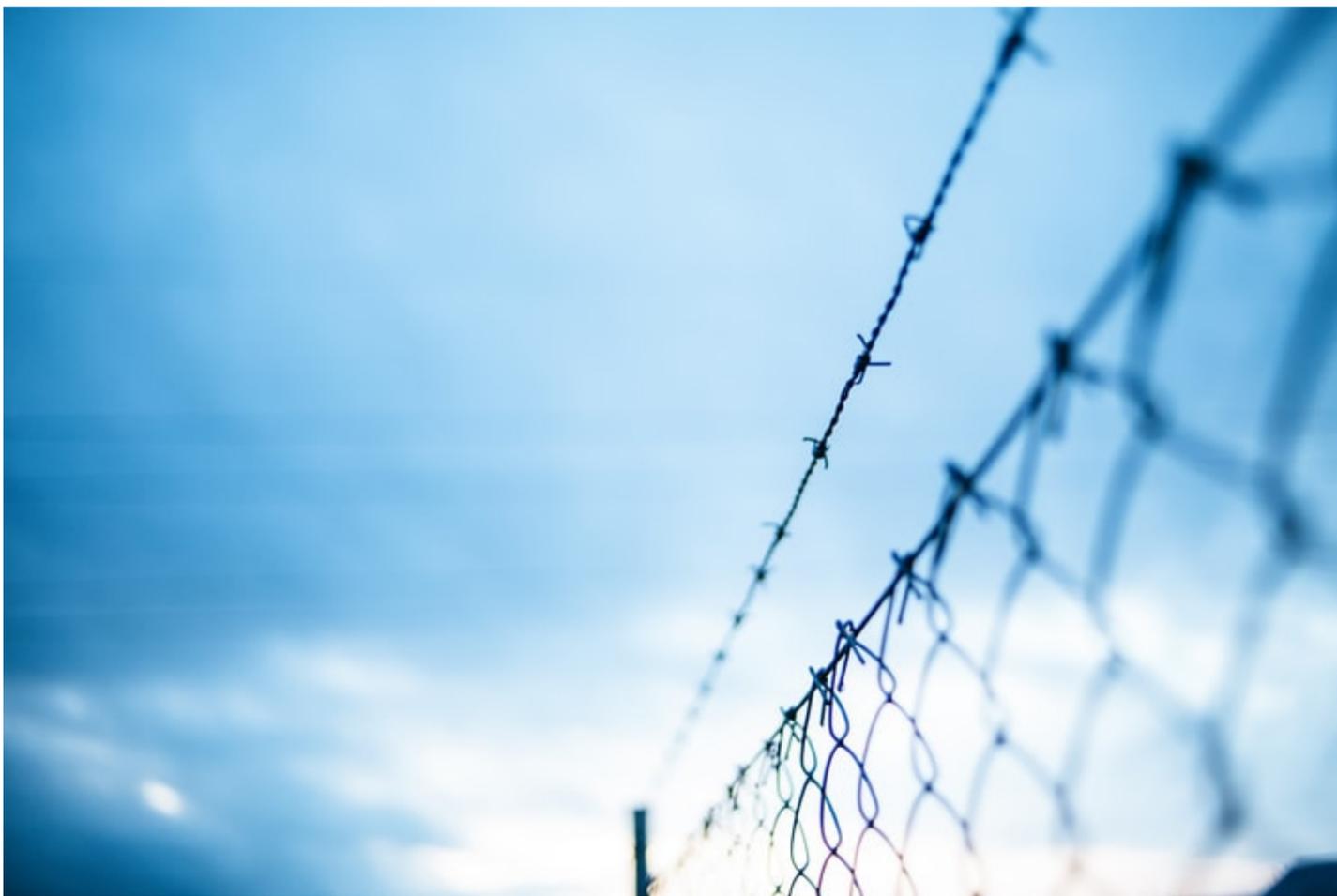
To advance these objectives, ITM launched the Migrating Rights series of events on 10 December 2018, which was the 70th anniversary of the Universal Declaration of Human Rights. As the name of the series suggests, the events so far held have focused on the complexity characterising the relation between human rights and migration from three complementing perspectives.

The first perspective explored the rights that migrants are entitled to and how these are articulated differently in different places. From this perspective, ITM had already organised the seminar [Crimes of solidarity and the borders of Europe: the mobile infrastructures of migration support and the fracturing of humanitarianism](#), where the invited speaker Martina Tazzioli (Goldsmiths, University of London) examined the increasing (legal) criminalisation of refugees as well as those national subjects who have adhered to transnational practices of solidarity. To inaugurate Migrating Rights, ITM then organised the roundtable [The next seventy years of the Universal Declaration of Human Rights: future struggles, contradictions and agendas](#), which brought national and international speakers together to discuss a non-Eurocentric understanding of human dignity and related future for human rights.

The second perspective focused upon the 'rights that migrate from subjects', or, as [Cristiano Gianolla](#) put it, how these rights come to be embodied differently from the same subjects when moving from place to place. From this perspective, ITM has built upon the workshop [Migrations: narratives, spaces and...](#), wherein national and international speakers uncovered the 'intimate spaces of the migratory experience, which included conflicts and forms of solidarity, and the seminar [The everyday Life of Human Rights Law](#), where the invited speaker Kiran Grewal (Goldsmith College) discussed how, against mounting critiques, the lexicon of international human rights is still relevant to many migrant groups struggling for social justice.

The third perspective examined the sociotechnical apparatuses sustaining the perpetuation of the 'crisis' by deploying Science and Technology Studies (STS) as principal heuristic. From this perspective, ITM has capitalised on the knowledge exchange facilitated by the three-day long workshop [How can Science and Technology Studies help to reflect on the political crisis associated with refugees and asylum seekers?](#), which convened national and international speakers to map how border and state surveillance technologies, infrastructures, standard classifications and protocols enable the reproduction of human suffering while upholding a façade of legality.

To conclude this first cycle of critical work, in collaboration with (De)Othering, ITM has organised the roundtable Borders, where the invited speakers Gaia Giuliani, Carla Panico, Irina Velicu and moderator Fátima Velez will open up a discussion that builds upon Sandro Mezzadra's most important theorisations of the border. Taking his co-authored book *Border as Method* as starting point, the roundtable examines the contemporary uses of borders as well as the ways they have proliferated to interrupt, deter, pause the movement of people into national labour markets while also encouraging, facilitating and increasing the movement of capital and associated subjects.



*Migration Border Barbed Wire, Photo by Markus Spiske on Unsplash*

The roundtable [Borders](#) also kick-starts the [2020 Migrating Rights | Keywords](#) series, ITM organizes in collaboration with [\(De\)Othering](#). On the back of the productive conversations engendered in the past, and inspired by the collaboratively written article [New Keywords: Migration and Borders](#), the events organised under the umbrella of this series follows a set of crucial keywords to critically investigate the various apparatuses characterising certain forms of migration as abject mobility. i.e. invasion, contagion, and risk. Accordingly, this second series is organised around the keywords [#Interculturalism-and-Populism](#), [#Border](#), [#Middle Passages](#), [#Humanitarianism](#), [#Representations](#), [#Operations](#), and [#Counter-narratives](#).

In detail, the roundtable [#Interculturalism-and-Populism](#) will discuss how interculturalism and populism represent two seeming opposing ways of dealing with national identity as well as advance the proposition that they both iterate the colonial limitations of liberal democracies. The seminar [#Middle Passages](#) will be elaborating on the complex relations existing between colonialism, racism and the border. The seminar [#Humanitarianism](#) will be dissecting the regime through which national border concomitantly objectify and subjectify migrants. Conversely, the roundtable [#Representations](#) will gather anti-segregation and anti-racist activists/academics to untangle the public representations of migrants in Portugal and Europe. Similarly, the seminar [#Operations](#) will invite STS experts to share their knowledge of the logistic and technological aspects of territorial national borders. Lastly, the roundtable [#Counter-narratives](#), will conclude the series of events with political grassroots leaders/academics mapping the strategies so far mobilised to counter the abjectification of migrant subjects in Portugal.

Overall, these events are meant to shift the focus of the Migrating Rights initiative from the embodied experiences of migration to the assemblages of discursive and material regimes set in place to interpose new subjectivities upon migrants as well as the strategies that migrant subjects mobilised to counter them. Likewise, they seek to bring the past back in the present or, put it more simply, connecting the current status of politics concerning the abject mobility of certain migrant categories with the colonial past of Europe, its hierarchies of human value, enforcement of extractive power alongside the establishment of affective regimes which naturalised the de-humanization on the non-white European subject.



Maria Elena Indelicato is a Visiting Research Scholar at Centre of Social Studies (CES), University of Coimbra. She received her PhD from the Department of Gender and Cultural Studies, University of Sydney in 2014 and lectured at the School of Media and Communication, Ningbo Institute of Technology, Zhejiang University from 2015 to 2018.

Besides her monograph *Australia's New Migrants*, she has published in race, feminist and cultural studies journals including *Outskirts*, *Critical Race and Whiteness Studies*, *Chinese Cinemas*, *Inter-Asia Cultural Studies*, *Paedagogica Historica*, *Transnational Screens*, and *Postcolonial Studies*.

## Les misérables riches III – Não somos pessoas, somos cabritos

### AN Original - Alice Comenta

2019-12-10

Por Teresa Cunha

Moçambique vive no presente um ciclo de capitalismo financeiro-extractivista baseado em mega-projectos. Por outras palavras a sua economia está baseada na extracção de recursos minerais, energéticos e na exploração intensiva dos recursos piscatórios, silvícolas, agrícolas e fundiários que determina o seu lugar na economia política da divisão internacional do trabalho e da produção.



Diferentes trabalhos de investigação académica, jornalística e também de activistas dos movimentos sociais têm colocado em evidência que tem havido uma transferência maciça da riqueza gerada pelas actividades extractivas para as corporações internacionais e as elites locais. Neste panorama, a condição de vida das mulheres e das meninas tem sofrido sérios revezes e a sua invisibilidade nas pesquisas, notícias, relatórios e análises mostra bem o carácter androcêntrico do que parece saber-se e do se fala sobre Moçambique, conflitos, presente e futuro.

Nesta reflexão vou-me dedicar a identificar alguns dos problemas que se estão a manifestar na província mais a norte do país e que faz fronteira com a Tanzania através do rio Rovuma: Cabo Delgado. Ao longo deste texto procuro mostrar duas coisas principais: a primeira é a enorme complexidade e brutalidade do que se está a passar; a segunda, é que as mulheres praticamente desaparecem, tanto das imagens do território como das paisagens analíticas. Quem fica são os homens fardados: uns com os uniformes militares, outros com os fatos azuis e gravatas da administração ou universidade e bandeiras nas lapelas, e ainda outros com as calças que não tocam o chão e as suas barbas compridas. Onde estão elas? O que fazem e o que pensam? Deixarei no final que surjam algumas das suas palavras que nos incitam a pensar de outra maneira sobre tudo isto.

Segundo os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística de Moçambique, em Cabo Delgado vivem 2.320.261 pessoas das quais 51,6% mulheres e 48,4% homens sendo que 83,2% da sua população habita em meio rural e dedica-se ao cultivo das suas machambas e/ou à pesca. Desde o início de Outubro de 2017 muitos episódios de violência têm vindo a acontecer e as pessoas já não têm dúvida em chamar àquilo tudo, uma guerra.

Os desafios que se apresentam para Cabo Delgado, são muitos pois começa a ser claro que esta guerra é tudo menos convencional e que as suas razões são complexas e profundas. Sabem-se algumas coisas sobre o que está acontecer mas também se percebe que se está muito longe de compreender a

dimensão real do problema. Sem pretender fazer uma qualquer lista exaustiva, pode-se contudo mencionar o seguinte sobre esta província moçambicana:

- é um território particularmente rico em recursos como: areias pesadas, carvão, metais semi-preciosos e preciosos como turmalinas, corundo, rubis, granadas, safiras, ouro, grafite, granitos, mármore, gás, petróleo, florestas, terras aráveis e férteis, paisagens e culturas
- a exploração dos recursos, nomeadamente os minerais e energéticos, faz com que a província faça parte de uma região com interesse geoestratégico para as disputas das potências globais mundiais e outros países com interesses na região. Estão presentes na província corporações com sedes nos seguintes países do mundo: Estados Unidos da América, Japão, Índia, Tailândia, Reino Unido, Coreia, Portugal, China, Malásia, Noruega, França, Itália e Moçambique.
- a província tem um histórico de guerras sucessivas: as da disputa entre europeus pelo controlo da costa e do fluxo e comércio de riquezas do interior do continente no século XIX; as chamadas 'guerras de pacificação' do final do século XIX e início do século XX que mais não foram guerras de ocupação e domínio territorial por parte do regime colonial português; e na segunda metade do século XX a guerra de libertação e a guerra dos 16 anos. Isto tem resultado na militarização da sociedade, deslocações forçadas, despojo de terras, padrão violento de resolução dos conflitos, trauma e acentuação das identidades violentas e autoritárias
- a presença inédita e repentina de muitas pessoas de muitos lugares do mundo com estilos de vida e estatutos estranhos ao quotidiano das populações. Essas pessoas são chamadas de *vientes*.
- a chegada desses *vientes* ajuda a explicar alguns dos fenómenos que no entendimento das pessoas locais estão na base de vários dos seus problemas como por exemplo: a falta de emprego, a prostituição das mulheres e das meninas, o roubo de terras, a ganância (faída) e a desvirtuação das culturas locais e dos sistemas de autoridade e o fecho dos caminhos para o mar.
- com os dados disponíveis o [Observatório do Mundo Rural em Maputo](#) elaborou um mapa onde se podem ver os locais onde a violência tem estado mais activa na província e os locais de exploração de minérios e de recursos energéticos. O resultado aparente é que existe uma relação entre uma coisa e outra. Isto significa que, onde existem mais riquezas, existem também mais concentração de ataques, mortes e destruição dirigidos às populações residentes nesses territórios.
- sobre a autoria dos ataques há várias explicações que são avançadas e que permitem perceber até que ponto a província de Cabo Delgado hoje é um palco de guerra onde se digladiam variadas forças militares e paramilitares: grupos ligados a forças de segurança privada das corporações; grupos de mercenários russos cuja contratação e comando ainda não está completamente explicada e comprovada mas correm rumores sobre a possibilidade de estarem a agir a mando de elites Macondes; Forças de Segurança do Estado; grupos de bandidos; grupos com relações à insurgência islâmica na região e no continente; exércitos particulares para a protecção das rotas de comércio e transporte de estupefacientes vindos da Ásia com destino ao ocidente.

Mas então onde estão as mulheres e o que nos dizem?

Ouvimo-las contar, algumas que conseguiram sair de Mocimboa da Praia no norte da província e uma das zonas mais castigadas por esta guerra, que as pessoas já não dormem nas suas casas por medo de serem mortas. Refugiam-se no mato durante a noite e durante o dia são impedidas de fazerem os seus negócios, cultivar as machambas ou ir pescar. Sentem-se encurraladas e totalmente abandonadas à sua sorte. Uma delas, a que vou chamar de Farida, contou que teve que fugir nua da sua casa quando ela e a sua família foram atacadas há algumas semanas. O grupo de atacantes tirou-lhe todas as suas capulanas e preparava-se para queimar a sua casa quando ela decidiu correr nua, diante das filhas e filhos e sua vizinhança, pelas ruas da sua aldeia até ao mato, tentando livrar-se da morte.

Elas explicam que as mulheres que tentam ir às suas machambas para cultivar ou ir buscar comida já não voltam. Elas sabem que podem ser mortas ou apanhadas e dadas como 'esposas' aos homens dos grupos que têm estado a aterrorizar a região para depois aparecerem despedaçadas, os corpos cortados aos pedaços, e abandonadas para serem comidas pelos animais selvagens.

- Nós já não somos pessoas, somos cabritos. Aqui, nesta terra, come-se o que não se produz e se produz o que não se come. Estamos a sofrer muito e não sabemos a quem pedir socorro.

As alternativas são muito difíceis de imaginar e ainda é mais difícil de as colocar em prática. Porém elas estão, certamente, a acontecer a uma escala e com lógicas talvez ainda incompreensíveis para nós. Mas uma coisa já é clara, nas poucas palavras das mulheres que chegam a pronunciar os seus sofrimentos e pensamentos encontramos subjectividades que nos falam de causas, efeitos e caminhos possíveis para começar a pensar a partir de dentro o que é preciso fazer para se chegar à paz e à justiça. Onde as capulanas e os cabritos voltem a ser parte da dignidade plena de cada uma das mulheres e meninas, sejam elas Macondes, Macuas, Mwanis, ou Yao.

---

**Teresa Cunha** é doutorada em Sociologia pela Universidade de Coimbra. É investigadora sénior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra onde ensina em vários Cursos de Doutoramento; co-coordena a publicação 'Oficina do CES', os ciclos do Gender Workshop. Coordena a Escola da Inverno 'Ecologias Feministas de Saberes' e o Programa de Investigação Epistemologias do Sul. É professora-adjunta da Escola Superior de Educação do Instituto Superior Politécnico de Coimbra e investigadora associada do CODESRIA e do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. Em 2017, foi agraciada com a Ordem de Timor-Leste pelo Presidente da República Democrática de Timor-Leste. Os seus interesses de investigação são feminismos e pós-colonialismos; outras

economias e economias feministas mulheres; transição pós-bélica, paz e memórias; direitos humanos das mulheres no espaço do Índico. Tem publicados vários livros e artigos científicos em diversos países e línguas dos quais se destacam: Women InPower Women. Outras Economias criadas e lideradas por mulheres do sul não-imperial; Never Trust Sindarela. Feminismos, Pós-colonialismos, Moçambique e Timor- Leste; Ensaios pela Democracia. Justiça, dignidade e bem-viver; Elas no Sul e no Norte; Vozes das Mulheres de Timor; Timor-Leste: Crónica da Observação da Coragem; Feto Timor Nain Hitu - Sete Mulheres de Timor»; Andar Por Outros Caminhos e Raízes da Participação.



**EPISTEMOLOGIAS  
DO SUL**



**ces**  
Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra



1 2 9 0  
UNIVERSIDADE D  
COIMBRA



Organização  
das Nações Unidas  
para a Educação,  
a Ciência e a Cultura  
Universidade de  
Coimbra - Alta e Sôfia  
inscrita no Livro do Património  
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

# EXIGIMOS LA LIBERACIÓN INMEDIATA DE MARÍA EUGENIA CHOQUE QUISPE

2019-12-04

Por Begoña Dorronsoro

**María Eugenia Choque Quispe lleva injustamente detenida desde el 10 de noviembre en los inicios del actual Golpe de Estado que sufre Bolivia, bajo falsas inculpaciones de presunto fraude electoral, por su cargo como Presidenta del Tribunal Supremo Electoral de Bolivia. Desde el momento de su detención se han conculcado todos sus derechos fundamentales así como de sus allegados quienes además son objeto de amenazas y hostigamiento. En este tiempo la salud de María Eugenia Choque Quispe se ha visto agravada seriamente por lo que exigimos su puesta en libertad inmediata.**

## Assinar la peticion online

Desde el 10 de noviembre, en los inicios del actual Golpe de Estado en Bolivia, María Eugenia Choque Quispe por su cargo como Presidenta del Tribunal Supremo Electoral de Bolivia fue detenida junto con el Vicepresidente de dicho Tribunal y otros/as vocales ante la inculpación por un presunto fraude electoral que ni siquiera es capaz de mantener a día de hoy la OEA (Organización de Estados Americanos) que supuestamente inició una investigación.

Preocupación entre quienes la conocemos además por su papel activo en las luchas indígenas continentales y mundiales siendo miembro desde sus inicios de la RMIB (Red de Mujeres Indígenas por la Biodiversidad) y exmiembro del Foro Permanente para las Cuestiones Indígenas de la ONU (Organización de Naciones Unidas), cuya actual Presidenta Anne Nuorgam leyó la siguiente Declaración en apoyo de su liberación el 16 de noviembre de 2019.

<https://www.un.org/development/desa/indigenous-peoples-es/2019/11/16/declaracion-de-la-presidente-del-foro-permanente-sobre-maria-eugenia-choque-ex-miembro-del-foro/>

María Eugenia Choque Quispe estuvo retenida durante una semana en las Celdas Judiciales del Tribunal Departamental de Justicia en condiciones absolutamente inadecuadas y posteriormente trasladada a la Cárcel de Mujeres de Obrajes en La Paz donde se encuentra desde entonces en prisión supuestamente preventiva por seis meses mientras su salud se ha ido deteriorando gravemente en este tiempo y su familia viene siendo objeto de amenazas en una situación que no amerita posibilidad alguna de llevar adelante el debido proceso con garantías para su vida, sus derechos, su integridad física y personal así como la de sus allegados, tal y como expresa el Relator de la CIDH (Comisión Interamericana de Derechos Humanos), sobre los Derechos de Defensoras y Defensores de Derechos Humanos, Francisco José Eguiguren

<https://www.pagina12.com.ar/233879-para-la-cidh-no-hay-garantias-en-bolivia>

Por todo ello exigimos la urgente liberación de María Eugenia Choque Quispe y de todos/as aquellos/as prisioneros/as políticos/as encarcelados en el marco de los hechos acontecidos antes, durante y después del Golpe de Estado en Bolivia.

Demandamos así mismo las debidas garantías y seguridad para sus allegados y familiares tanto sobre sus vidas como sobre sus derechos.

Llamamos a la comunidad internacional a que no sigan legitimando ni amparando a ningún gobierno que ejerza su poder en Bolivia por la fuerza del Golpe de Estado.

POR LA LIBERTAD DE MARÍA EUGENIA CHOQUE QUISPE!

JALLALLA!



EPISTEMOLOGIAS  
DO SUL



Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra

1290  
UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA



Organización  
de las Naciones Unidas  
para la Educación,  
la Ciencia y la Cultura



Universidade de  
Coimbra - Alta a Carta  
em 12 de Maio de 1145  
reintegrada no Reino de Portugal  
em 1213

# Social Contradictions in the United States and the Rise of Right-Wing Extremism

## AN Original

2019-11-27

By Lucas Martins Carvalho

Politics is everywhere whether we notice, like it or not. Apart from the common misconception that politics is a game controlled by only a few and ambitious groups, politics serves as a key tool to transform society and regulate conflicts without the use violence upon groups that don't share from the same worldviews. In the past couple of years, right-wing extremism has been on the rise in the United States, posing several challenges to the country's modern democratic institutions. These groups have captured the public's fear over societal changes and their socioeconomic dissatisfactions with inequalities and poverty.



Supporters of the National Socialist Movement, a white nationalist political group, give Nazi salutes while taking part in a swastika burning at an undisclosed location in Georgia, U.S., April 21, 2018. REUTERS/Go Nakamura

The extreme right-wing has been on the rise in the United States and it is already considered the biggest category within extremist fatalities in the country. "Whether right-wing terrorism is rising or simply getting more media attention is fiercely contested, but its political impact does indeed seem to be growing. In both the United States and Europe, violence on the right intersects with traditional politics and exacerbates political divides, giving it far more influence than it had in the past." ([Daniel Byman](#)). The [Anti-Defamation League's Center on Extremism](#) says that 2018 was a fatal year for the United States, with at least 50 people being killed by extremist-related murders. That is more deaths than any other year since 1995 when Timothy McVeigh bombed the Oklahoma City Federal building, killing 168 people in the second-worst violent attack in US history after September 11. The [ADL's report](#)

also demonstrates that domestic right-wing extremists accounted for 73.3% of all extremist-related fatalities in 2018 whereas 23.4% were attributed to radical Islamic terror, with 3.2% not fitting either of the categories.

Right-wing groups are not homogeneous and they do not possess a common agenda. Usually, they opt for general white supremacist, racist, nationalist and derogatory language towards minorities to capture the public. However, Professor Carlos Gustavo, at the International Relations Department at Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP), describes commonalities among them. First, they seem to understand politics through a “nativism approach”: the idea of conceiving native inhabitants’ interests and lifestyles as superior to immigrants’. He also claims that the State is seen as a pathway to return to an “idealized” and “racially pure” past, that could be achieved through violent authoritarian manners.

Communications Professor Ruth Wodak at Lancaster University addresses that fear is key to understand the rise. Fear of losing national autonomy, old traditions and values, along with a rise in popular discontent with mainstream politics, in democratic institutions, and a widespread societal perception of corruption. Conspiracy theories also play a big role on radicalizing people. The Great Replacement Theory, for example, says that Europeans worldwide are being replaced by mass immigration and immigrant’s high fertility rates. The theory is the base for the spread of (mis)information regarding minorities thus building a negative, racist and prejudiced image around them that encourages hate and fear in the overall public imagination.

In the United States, two voices have been encouraging these movements with derogatory speeches that sparks hate and violent attacks. Richard Spencer, the National Policy Institute’s president, a white supremacist think tank, says that the goal for the United States is to construct a society based on an ethno state for all Europeans. When asked about his views on immigration, he describes it as a “proxy war” and a “last stand” for White Americans. When questioned on Martin Luther King Jr’s role in American politics, he claims that one of the Civil Rights Movement’s leaders is a sign of “White Dispossession” and “Destruction of Occidental civilization”. Additionally, Richard Taylor, author of *White Identity* and New Century Foundation’s president, describes immigration, homosexuality, abortion and diversity as a threat to America and says that when blacks are left on their own “Western civilization or any kind of civilization disappears.”

According to the United Nations, economic and political exclusion, limited opportunities for social mobility and perceptions of injustice and corruption are drivers of radicalization. Professor Daryna Grechyna at Middlesex University (London) shows that mistrust and high levels of inequalities are the strongest proxies for political polarization that leads to extremists’ attacks. Considering this strong correlation between inequality and extremism, the latest report from the United Nations’ Human Rights Council is eye-opening and brings insightful reflections on how the American Dream has been reserved to only a few percentages of the population.

It is described that the United States has one of the highest poverty rates and inequality levels among countries in the Organization for Economic Cooperation and Development (the OECD), with the Stanford Center on Inequality and Poverty placing the country in the 18th position out of 21 wealthy nations in areas such as labor market, poverty rates, safety nets, wealth inequality and difficulties for upward economic mobility. Currently, approximately 40 million people are living in poverty, 18.5 in extreme poverty (meaning one lives with or with less than U\$1.90 dollars per day) and 5.3 million households living in developing world conditions of absolute poverty. Surprisingly enough, the country had 25% of the world’s 2.208 billionaires in 2018 alone.

The American Dream, idealized under the equality of opportunities, is far from many realities in the country. The inability of being achieved by society’s poorer classes, including middle-class workers, is exploited by extremist figures that seem to communicate to the public that complex and structural socio-economic issues are rooted in immigration, homosexuality or diversity in society. What is left out of the equation is the political and economic gap between the elites and the poor ones, and the precarious socio-economic conditions of households in one of the world’s wealthiest nations, completely neglected from any system of social protection. The equation does not acknowledge the highly uneven distribution (or perhaps, lack of) political power that goes along with the discrepancies in economic conditions. If the situation persists, the fear is that many more people will join these extremist right-wing movements as a way of releasing the frustrations of an unequal system.

An all-in-one solution for the problem probably does not exist. From improved national intelligence forces to educational reforms based on a civic curriculum that promotes tolerance and respect among different groups. Notwithstanding, it is time to rethink the role of politicians, traditional and social media and ourselves. First, politicians (from all political positions), public officials, and other law authorities need to speak out against hate and extremism. It is extremely important to communicate to the public that any sort of extremism is unacceptable and that these movements are a threat. Second, mainstream media must work on the coverage of its content and contribute to strengthening an inclusive democracy. Third, big tech companies (eg. Facebook, Google and Twitter) should review their policies and improve their systems to track extremist propaganda and violence on social media. Lastly, coalitions between different social movements must find new ways of engaging the public in the

democratic political sphere and find platforms to speak out against inequalities and question the socioeconomic gaps between the rich and the poor. There is no way of addressing the issue without challenging the inequalities and unequal distribution of power reproduced by the system itself.

---

**Lucas Martins Carvalho:** International and Global Studies – Sewanee: The University of the South (Tennessee)



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

# Educação, cultura e responsabilidade: as ‘outras’ línguas e outros ‘saberes’

## AN Original - Alice Comenta

2019-11-26

Por Maria Paula Meneses

*Este artigo faz parte da série Alice Comenta, da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.*

O mundo atravessa uma grande convulsão social, com múltiplas manifestações um pouco por todo o lado. Uma leitura atenta das notícias mostra que os últimos anos ficaram marcados por importantes protestos estudantis, onde a denúncia do desinvestimento nos projetos educativos para os grupos subalternos se associa ao grito pela descolonização da educação. Comum a estas lutas são as conexões e solidariedades conjugadas, reivindicando o reconhecimento de saberes transmitidos através de línguas vernáculas, cuja legitimidade é, também, testada nas experiências concretas de luta pela descolonização.



No campo da educação a colonização atuou – e continua a atuar nos nossos dias - através de processos de violenta intervenção política e epistemológica, os quais resultaram na suspensão do crescimento orgânico das instituições nos espaços colonizados. Nas palavras de Eduardo Mondlane, uma das principais referências políticas da luta nacionalista em Moçambique, era visível a linha abissal que separava o projeto educativo formal, de inspiração colonial, portuguesa, e a educação informal, comunitária. Escrevendo no início da década de 1960, Mondlane expôs a urgência da avaliação do impacto colonial nas políticas e práticas educacionais da África. Em praticamente todas as sociedades africanas a educação era controlada por pessoal administrativo colonial cuja visão cultural era totalmente exógena a África. Isso, por si só, teve um efeito profundo não apenas nas políticas e métodos usados na elaboração e execução das políticas educacionais, mas também no tipo de ambiente psicológico em que a criança africana estudava.

Qualquer proposta educativa que privilegie uma análise monocultural da diversidade do mundo, reproduz necessariamente uma lógica exclusivista. O projeto racional eurocêntrico colonial vai criar a alteridade como um espaço/tempo anterior, onde circulavam saberes considerados ‘inferiores’, com

alcance local. Este foi o contraponto que legitimou a imposição violenta da estruturação hierárquica que está na base da relação de poder-saber do moderno pensamento científico colonizador.

Este sistema de educação abissal, gerou uma desvantagem destruturante para os estudantes africanos, que eram obrigados a aprender e a comunicar numa língua estrangeira, o português em Moçambique – ou seja, esta língua só era usada comumente durante o período das aulas -, e a usar livros escolares escritos em função do universo cultural das crianças europeias.

Assim se explica porque, no contexto moçambicano, a luta pela educação se ter afirmado como um projeto político, um projeto libertador. Desde a independência que as políticas educativas procuram combinar a realidade regional do contexto onde Moçambique se encontra inserido – África Oriental, parte do Índico – com os saberes do mundo.

Mas como reconhecer outras epistemologias e integrar esta diversidade num programa educativo no âmbito de um Estado moderno?

A reflexão de Mondlane estabelece uma ponte com a proposta das epistemologias do Sul (ES) avançada por Boaventura de Sousa Santos. As ES, como proposta conceptual, dizem respeito à produção e validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência e luta dos grupos sociais que têm experimentado injustiças, opressões e destruições sistemáticas praticadas pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado. O objetivo das ES é permitir que os grupos sociais oprimidos representem o mundo por si mesmo nos seus termos, pois somente assim serão capazes de mudá-lo de acordo com suas próprias aspirações.

A injustiça educativa experimentada por Mondlane está estreitamente associada à injustiça cognitiva global, de modo que a luta por uma justiça social global requer a construção de um pensamento pós-abissal, a partir das premissas programáticas da ecologia de saberes gerados nas práticas sociais, e da tradução intercultural e interpólitica.

Nos contextos contemporâneos, apesar de a maioria das colónias ter atingido a independência política, a permanência da relação colonial continua presente ao nível político e epistemológico – os saberes dos ‘outros’ continuam a ser conceptualizados como inferiores ou locais, reproduzindo a dominação epistemológica colonizador-colonizado. O moderno projeto educativo insiste em impor-se - ao nível das categorias fundamentais – como espelho da sociedade do conhecimento, gerando desta forma um desconhecimento abissal arrogante sobre o lado colonizado. É assim que se perpetua a injustiça cognitiva, através do não reconhecimento dos seres e dos saberes que (re)existem nos territórios, submetidos a opressão, o Sul global, e da sua ausência de muitos processos educativos.

Neste contexto, os modernos projetos educativos são, também, parte das ES, na medida em que conseguem dialogar, de forma tendencialmente horizontal, com outros conhecimentos, socialmente legítimos, promovendo ecologias de saberes. No cerne da proposta da ecologia de saberes está a ideia de que qualquer tipo de conhecimentos é incompleto, e que a criação da consciência desta incompletude recíproca (em lugar de completitude), através de uma escuta profunda de outros saberes constitui a condição prévia para alcançar justiça cognitiva.

Um elemento fundamental no processo de descolonização da escola tem a ver com as línguas em que circula o conhecimento. Em grande parte do continente africano as línguas herdadas das metrópoles colonizadoras continuam a manter a supremacia. Mas estas línguas, sobretudo de origem europeia, não permaneceram imutáveis. Nas palavras de Gregório Firmino, adquiriram novos significados simbólicos e aspetos estruturais, elevando-se ao estatuto de variantes linguísticas com valor próprio.

Em Moçambique, um país membro da CPLP, a maioria da população não tem o português como língua materna. Assim, o país foi obrigado a repensar o papel das línguas indígenas/nacionais. Politicamente, este desafio foi colocado desde o início por uma parcela importante da sociedade - que inclui lideranças locais, educadores, políticos, etc. – que reivindicou desde cedo direitos linguísticos para as línguas e culturas que haviam sobrevivido à violência colonial.

Nas zonas rurais, onde habita cerca de 60% da população do país, ainda hoje a maior parte das crianças só começa a aprender o português na escola, o que contribui para o insucesso escolar. Em contextos multilingues e multiculturais, a escola convive com várias tensões, sobretudo fruto do processo de hibridização cultural, da tensão entre a homogeneização e a diversidade cultural e da tensão entre saberes.

Como construir uma proposta de educação multicultural em que a escola ensine a respeitar e considerar as diferenças étnico-culturais, promovendo relações fundadas no diálogo, na democracia, no respeito pela diferença?

O atual currículo do Ensino Básico (primeiro nível escolar) é híbrido, quer ao nível dos conteúdos, quer das abordagens curriculares, com a introdução do ‘currículo local’. Este é apresentado como complemento do currículo oficial, nacional, incorporando matérias diversas de vida ou de interesse da comunidade local nas mais variadas disciplinas contempladas no plano de estudos. Subjacente a esta opção da política educativa está o reconhecimento de novos sujeitos que participam da conceção

curricular: professor e membros da comunidade, ou seja, o reconhecimento explícito da diversidade cultural e linguística do país. Esta política educativa, assente no uso das línguas nacionais, apesar de estabelecida de cima para baixo, tem procurado aprofundar a ligação entre a escola e a comunidade, ampliando os diálogos entre saberes.

O (re)conhecimento do direito a (re)existir a partir de outras epistemologias e ontologias é, como a realidade de Moçambique espelha, um projeto imenso, onde o assumir de vidas silenciadas e saberes ignorados é um bem comum, uma condição para a construção de uma cidadania ancorada na diversidade vivida no país.

---

**Maria Paula Meneses** é investigadora coordenadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, integrando o núcleo de estudos sobre Democracia, Cidadania e Direito (DECIDE). É doutorada em antropologia pela Universidade de Rutgers (EUA) e Mestre em História pela Universidade de S. Petersburgo (Rússia). Lecciona em vários programas de doutoramento do CES, sendo co-coordenadora do programa de doutoramento em 'Pós-colonialismos e cidadania global'. Co-coordena com Boaventura de Sousa Santos (CES) e Karina Bidaseca (CLACSO) o curso interbaccional 'Epistemologias do Sul' (CLACSO-CES). Anteriormente foi Professora da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique). De entre os temas de investigação sobre os quais se debruça destacam-se os debates pós-coloniais em contexto africano, o pluralismo jurídico - com especial ênfase para as relações entre o Estado e as 'autoridades tradicionais' no contexto africano -, e o papel da história oficial, da(s) memória(s) e de 'outras' narrativas de pertença nos processos identitários contemporâneos. Participou em inúmeros projectos de investigação, coordenando atualmente uma pesquisa sobre as relações afetivas durante a guerra. Organizou e publicou vários livros e artigos. A sua mais recente publicação é 'Mozambique on the Move. Challenges and Reflections' (Brill, 2018), organizada com Sheila P. Khan e Bjorn Bertelsen. Entre outros trabalhos é de referir 'As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais' (com Bruno Sena Martins, Almedina, 2013), as 'Epistemologias do Sul' (com Boaventura de Sousa Santos, Almedina, 2009, 2011; Cortez, 2010 e Alkal, 2014), 'O Direito Por Fora do Direito: As Instâncias Extra-Judiciais de Resolução de Conflitos em Luanda, Angola' (com Júlio Lopes, Almedina, 2012). Tem o seu trabalho publicado em diversos países, incluindo Moçambique, Espanha, Portugal, Brasil, Senegal, Estados Unidos, Inglaterra, Argentina, Alemanha, Holanda e Colômbia.



Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

# Carta aberta ao Presidente da Colômbia, Iván Duque Márquez

## AN Original

2019-11-25

Por Boaventura de Sousa Santos

Estimado Presidente Iván Duque Márquez, receba as minhas saudações cordiais.

Sou um cientista social português, animador do Fórum Social Mundial, Professor Jubilado da Faculdade de Economia e Director Emérito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Distinguished Legal Scholar na Faculdade de Direito da Universidade de Wisconsin-Madison. Desde há muitos anos tenho vindo a realizar diversas investigações sociológicas na Colômbia e região. Além disso, neste momento, sou membro do Comité Assesor da Comissão para o Esclarecimento da Verdade, a Convivência e Não Repetição, mas não é nesta qualidade que lhe escrevo. Escrevo-lhe na qualidade de democrata comprometido com as lutas pela paz e pela democracia no continente. Tendo em conta que, em muitas ocasiões manifestei a minha solidariedade com todos e todas aqueles que lutam na Colômbia pela paz e pela democracia, tomo a liberdade de escrever esta Carta Aberta devido aos graves acontecimentos na Colômbia.

Presidente, quantos massacres tem de acontecer para começar a actuar? Desde 2016 até hoje, quando escrevo, foram assassinados 198 indígenas<sup>1</sup>. Desses 198, 135 foram-no durante o seu Governo<sup>2</sup>. Mas não quero reduzir estas pessoas a simples números, elas e eles, eram líderes nas suas comunidades, autoridades tradicionais e espirituais, de uma importância tal que não se trata apenas do assassinato de uma pessoa, mas do impacto em toda uma comunidade. Devo recordar-lhe, que dos 102 povos indígenas que existem na Colômbia, 39 encontram-se em risco de extinção tanto física como cultural<sup>3</sup>. Se a essas terríveis cifras somarmos os homicídios supra citados, o panorama é aterrador.

Após a assinatura do acordo de paz de 2016, as zonas que antigamente foram do domínio do grupo guerrilheiro FARC-EP hoje são disputadas por distintos grupos armados ilegais, os quais não só buscam interesses económicos (narcotráfico, mineração ilegal) mas também trazem consigo um horrível e sangrento interesse pelo controlo sobre a população civil, afectando o tecido social. Fruto desta disputa, temos visto no último mês notícias sobre massacres em Cauca<sup>4</sup>, mas que não se limitam apenas ali, pois constituem apenas a ponta do iceberg deste novo panorama de violências: desconhecemos ainda quantas populações indígenas e afrodescendentes se encontram confinadas e isoladas nos seus territórios ancestrais graças a esta nova arremetida do conflito armado. A Defensoría del Pueblo<sup>5</sup>, emitiu atempadamente múltiplos alertas chamando a atenção sobre a situação de risco em que se encontram os líderes sociais do país<sup>6</sup>. Estes líderes, defensores e defensoras dos direitos humanos, tem sofrido a violência sistemática de grupos à margem da lei, nas quais assistimos a um incremento nos homicídios especialmente contra pessoas racializadas, ou seja, indígenas e afrodescendentes.

Não exagere, senhor presidente, ao dizer que o que vemos na Colômbia é um etnocídio contra uma parte específica da população: aquela que defende e luta pelo seu território, as suas tradições e pela sua existência física e cultural<sup>7</sup>. Estas últimas notícias sobre o Cauca, que nos chocaram a todos e incluso o levaram a dirigir-se pessoalmente à região, não podem resolver-se com mais guerra e mais terror. A militarização do Cauca<sup>8</sup> deixará apenas mais e mais vítimas, seja pela deslocação forçada, seja pelo fogo cruzado. Submeter a população ao medo e à angústia, é instrumental para estes grupos armados ilegais, pois essa é a sua principal estratégia para obter o tão desejado controlo territorial.

Face a esta onda de violência, devida a estes velhos e novos actores armados<sup>9</sup>, a melhor opção em prol das comunidades que ali vivem é escutá-las. Um claro exemplo disto é a proposta que lhe apresentaram de iniciar um "*Plano Piloto de Erradicação e Substituição de Cultivos de Uso Ilícito*" de maneira imediata, no âmbito do Programa de Substituição de Cultivos de Uso Ilícito<sup>10</sup>.

A situação é tão dramática, que, só no município de Suarez (Cauca), encontram-se em situação de risco 11.229 habitantes, o equivalente a 65.9% da população total deste município. A maioria desta população situa-se na zona rural, organizada em Resguardos Indígenas, Conselhos Comunitários, Associações de Camponeses e Juntas de Acção Comunal<sup>14</sup>. Enquanto isto sucede no Cauca, na área rural de Buenaventura<sup>12</sup>, 12.289 habitantes de distintos territórios colectivos, encontram-se em risco de deslocação forçada, tendo em conta o incremento nas intimidações e ameaças contra a vida, liberdade e integridade das pessoas, gerando restrições na mobilidade. O conflito armado nesta parte do país, está a gerar grandes afectações territoriais de índole diversa. De igual maneira, o centro urbano encontra-se em risco pela presença de estruturas armadas ilegais, e os confrontos pelo controlo territorial entre os grupos armados: “Banda Local” e “La Empresa”, para além de grupos autodenominados como dissidentes das FARC – EP e o Exército de Libertação Nacional-ELN<sup>13</sup>.

Recorde, senhor presidente, que, segundo a cosmovisão destas comunidades, os seus resguardos e conselhos comunitários devem estar livres de grupos armados legais e ilegais, já que ambos geram desarmonia e desequilíbrio tanto no território como na comunidade. Com o regresso dos assassinatos selectivos, do etnocídio e da violência nos territórios, também ressurgiu uma prática que na década passada aterrou o país: os mal chamados falsos positivos, assassinatos de jovens inocentes e desarmados para melhorar a estatística da acção militar em combate contra grupos armados. Aqui, quero referir os casos do excombatente Dimar Torres<sup>14</sup> e do jovem Flower Trompeta<sup>15</sup>. Não se pode permitir que estes macabros acontecimentos voltem a ocorrer num país que em que tudo se joga pela paz, pela reconciliação e a não repetição.

Peço-lhe a si, como chefe de Estado e chefe do governo, que condene todas as violações das garantias democráticas da Greve Nacional de 21 de novembro de 2019 levadas a cabo pelo sinistro Esquadrão Móvel Antidistúrbios (ESMAD). O mal estar dos cidadão não pode ser objeto de estigmatização e repressão. Deve repudiar firmemente a atitude que assumiu a força pública ao atacar e provocar as manifestações pacíficas de uma cidadania que deseja uma verdadeira mudança.

Finalmente, senhor presidente, a Colômbia encontra-se hoje num momento histórico. Talvez desde 1977, que o país não presenciava uma jornada de greve cívica como a de 21 de novembro, que não parou apenas o país, mas que também nos demonstrou o clamor popular dos estudantes<sup>16</sup>, professores, sindicalistas, indígenas, mulheres e demais participantes. As pessoas, tanto nos territórios periféricos como nas grandes cidades, protestavam contra o seu governo profundamente impopular e, em função disto, algo deve mudar. Devem ser escutadas as suas justas reivindicações e procurar-se uma saída pelo bem do país, para assim se poder construir uma Colômbia em paz.

Atentamente,

Boaventura de Sousa Santos  
Coimbra, 22 de novembro de 2019



Foto: Luisa Gonzales/Reuters

- 
- <sup>1</sup> Ver: <https://www.eltiempo.com/colombia/198-indigenas-han-sido-asesinados-en-colombia-desde-2016-432546> [Consultado a 20 de novembro de 2019]
  - <sup>2</sup> Ver: <https://www.onic.org.co/comunicados-regionales/3501-asesinan-a-indigena-senu-del-bajo-cauca-antioqueno> [Consultado a 20 de novembro de 2019]

- <sup>3</sup> Ver: <https://www.elespectador.com/noticias/nacional/pueblos-indigenas-colombianos-estan-en-peligro-de-extincion-cultural-articulo-880899> [Consultado a 20 de novembro de 2019]
- <sup>4</sup> Ver: <https://www.semana.com/nacion/articulo/barbarie-criminal-se-ensana-contra-los-nasas-en-cauca-que-esta-pasando/638853> [Consultado a 20 de novembro de 2019]
- <sup>5</sup> <https://www.eltiempo.com/justicia/conflicto-y-narcotrafico/nueva-masacre-en-cauca-fueron-asesinadas-5-personas-en-corinto-y-caloto-429436> [Consultado a 21 de novembro de 2019]
- <sup>6</sup> Refiro-me aqui aos alertas atempadamente produzidos desde 2018 até agora. Ver:
  - Defensoría del Pueblo. Alerta temprana N° 026-18. 28 de fevereiro de 2018.
  - Defensoría del Pueblo. Alerta temprana N° 067-18. 21 de agosto de 2018.
  - Defensoría del Pueblo. Informe de Seguimiento Alerta Temprana 026-18. agosto de 2019.
- <sup>7</sup> Ver: <https://www.cric-colombia.org/portal/autoridades-indigenas-exponen-ante-la-cidh-el-exterminio-fisico-y-cultural-de-los-pueblos/> [Consultado el 21 de novembro de 2019]
- <sup>8</sup> Ver: <https://www.france24.com/es/20191031-colombia-duque-indigena-masacre-cauca> [Consultado el 13 de novembro de 2019]
- <sup>9</sup> Dissidências FARC, ELN, EPL, AUC, AGC, Cartéis Mexicanos, etc.
- <sup>10</sup> Ver: <https://www.onic.org.co/comunicados-onic/3499-pueblos-indigenas-proponen-plan-piloto-para-detener-asesinatos-en-el-norte-del-cauca> [Consultado a 21 de novembro de 2019]
  - <sup>11</sup> Ver: Defensoría del Pueblo. Alerta temprana N° 033-19. 15 de agosto de 2019.
  - <sup>12</sup> Ver: Defensoría del Pueblo. Alerta temprana N° 079-18.
  - <sup>13</sup> Ver: Defensoría del Pueblo. Alerta temprana N° 007-19.23 de janeiro de 2019.
- <sup>14</sup> Ver: <https://www.semana.com/nacion/articulo/mi-coronel-ya-lo-mate-el-grupo-de-whatsapp-que-crearon-para-asesinar-a-dimar/637988> [Consultado a 21 de novembro de 2019]
- <sup>15</sup> Ver: <https://www.semana.com/nacion/articulo/linea-de-tiempo-del-presunto-asesinato-de-flower-yain-trompeta-en-corinto/638458> [Consultado a 21 de novembro de 2019]
- <sup>16</sup> O governo nacional cumpriu parcialmente o Acordo alcançado pelo movimento nacional pela educação no segundo semestre de 2018, motivo pelo qual a educação superior na Colômbia continua em risco.



**EPISTEMOLOGIAS  
DO SUL**



**Centro de Estudos Sociais**  
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



en Reflection Original Anti-Capitalism Anti-Colonialism Anti-Heteropatriarchy

# Toilet Talks for World Toilet Day

## AN Original

2019-11-19

By Marcus Erridge

November 19th is World Toilet Day. Building on a previous campaign by the [World Toilet Organisation](#), and [designated by the UN](#) in 2013, a different theme each year aims to highlight neglected and underreported aspects of a global sanitation crisis that contributes to an estimated 432,000 diarrhoeal deaths every year. Currently 4.2 billion people worldwide lack access to safe sanitation, and 673 million practice open defecation. The theme of [World Toilet Day 2019](#) is 'leaving no one behind'.



For this year's World Toilet Day, [UN Water](#) highlight that '[a] toilet is not just a toilet. It's a life-saver, dignity-protector and opportunity-maker.' And as [Nique and Smertnik \(2015: 6\)](#) point out, 'sanitation is more than building a toilet and includes changed hygienic behaviours, maintenance, emptying, treatment and disposal or reuse of faecal matter.' Delivery of sanitation services can involve numerous actors, often with competing interests, across the entire sanitation service delivery chain. A 2017 report from [Human Rights Watch \(2017: 2\)](#) highlights how '[b]reakdowns or barriers at any point within the system can lead to devastating impacts on people's lives and rights.' Providing toilets, handwashing facilities, and services for the safe removal and disposal of human waste is a big undertaking. The personal, private nature of human sanitation practices also means that improving sanitation involves challenging ingrained social norms and hygienic behaviours, such as open defecation. Today there are [many different toilet solutions](#) for different urban, peri-urban, and rural environments. While a growing industry around the economic benefits of human waste, including cooperative toilet blocks that create compost and renewable energy through [biogas toilets](#), pitting human ingenuity against the world's dirtiest problem.

Inadequate sanitation disproportionately impacts the world's poorest people, as data mapping the [prevalence of open defecation](#) demonstrates. In addition to impacting health, personal safety, and human dignity, lack of access to safe, secure, and hygienic sanitation is a human rights issue. Links between sanitation and human rights are multifaceted and intersectional, with underlying determinants of health, human dignity, and public welfare ([Meier et al., 2014](#)). Water and sanitation were affirmed as distinct human rights by the UN General Assembly in 2010 that are 'inextricably linked to the highest standard of physical and mental health, as well as the right to life and human dignity' ([UN GA Res 64/292](#)) and 'essential for the full enjoyment of life and all human rights' ([UN HRC Res.15/L.14](#)).

In 2015 water and sanitation were recognised as linked but independent rights with 'distinct features which warrant their separate treatment' ([UN Res. 70/169](#)). This recognition of sanitation as a standalone human right reflects the wide range of social and cultural factors of everyday life that [sanitation impacts](#). Few human activities are as universal as going to the bathroom, but where we go to relieve ourselves, our access to sanitation, offers insights into poverty, inequality and marginalisation, impacting human rights to "life, health, gender equality, work, housing, an adequate standard of living, and development" ([Meier et al., 2014: 173](#)). Sanitation is perhaps one of the few health or social crises to which both the causes and the solutions are understood. But there has been a historic imbalance in political attention and funding for [sanitation projects](#), compared to clean water interventions. To this point, sanitation was memorably described in a [2010 WaterAid Report](#) as the "orphan sector – abandoned by health, disdained by financiers and ignored by planners."

Sustainable Development Goal (SDG) [Target 6.2](#) seeks access to 'adequate and equitable sanitation and hygiene for all by 2030, focusing on the needs of women and girls and those in vulnerable situations.' This target emphasises the close connections between the human rights to gender equality, health equity, and access to education linked to sanitation. As [Hanchett \(2016:17\)](#) points out, 'problems associated with menstrual hygiene can obstruct, or even stop, adolescent girls' educational progress, unless their schools' facilities are set up to help meet this need.' Safely accessible sanitation facilities would also reduce the likelihood of violence and harassment. As [Winkler \(2016:1340\)](#) explains, 'women and girls often face risks to their physical security and dignity, including abuse, attack, assault and rape, when having to defecate in the open or relying on shared facilities, especially at night.'

To raise awareness around World Toilet Day, the Toilet Talks project was launched as week-long virtual event to run from November 12th to 19th 2019. Following an open call for contributions through global Water, Sanitation, and Hygiene (WASH) networks, the Toilet Talks website showcases a series of short (3-5 minute) audio stories relating to WASH, bodies, bathrooms, and many of the intersections around access to sanitation and human rights that we have touched upon in this article. Speakers also share their takes on the theme of World Toilet Day 2019, what 'leaving no one behind' means to them, and the 'social, economic and environmental consequences of inaction'. For example, [Sarah Nahar](#), a PhD student at Syracuse University talks access to sanitation, climate adaptation, and the concept of 'defecatory justice'; [Andres Hueso](#) of WaterAid shares findings of a [new report](#) on the plight of sanitation workers; [Persis Ramirez](#) shares a personal story from the Dominican Republic about how her grandmother climbed four steps of the 'sanitation ladder'; and [Josefina Cicconetti](#) discusses public toilets as a site for demarcation of identity boundaries. You can access the website here and listen to these and wide range of other informative Toilet Talks: <https://marcuserridge9.wixsite.com/toilettalks>

Posters advertising Toilet Talks (see image) are being placed in public bathrooms at workplaces and academic institutions for the week preceding World Toilet Day, including those at CES in Coimbra. Posters include a smartphone-readable barcode which links to the website. The idea being to scan the posters and choose from a selection of Toilet Talks to listen to later on, or 'in situ'! While this project was created to raise awareness of the human right to sanitation for World Toilet Day, if there is sufficient interest and support, it is possible that Toilet Talks may extend its lifespan and roll out again in the near future. For example, [Menstrual Hygiene Day](#), on May 28 could provide another opportunity for this platform to help share different insights relating to the human right to sanitation.

---

Marcus Erridge is a PhD Human Rights in Contemporary Societies student at CES, working on his thesis, 'Data, Demand, and Sanitation'.



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

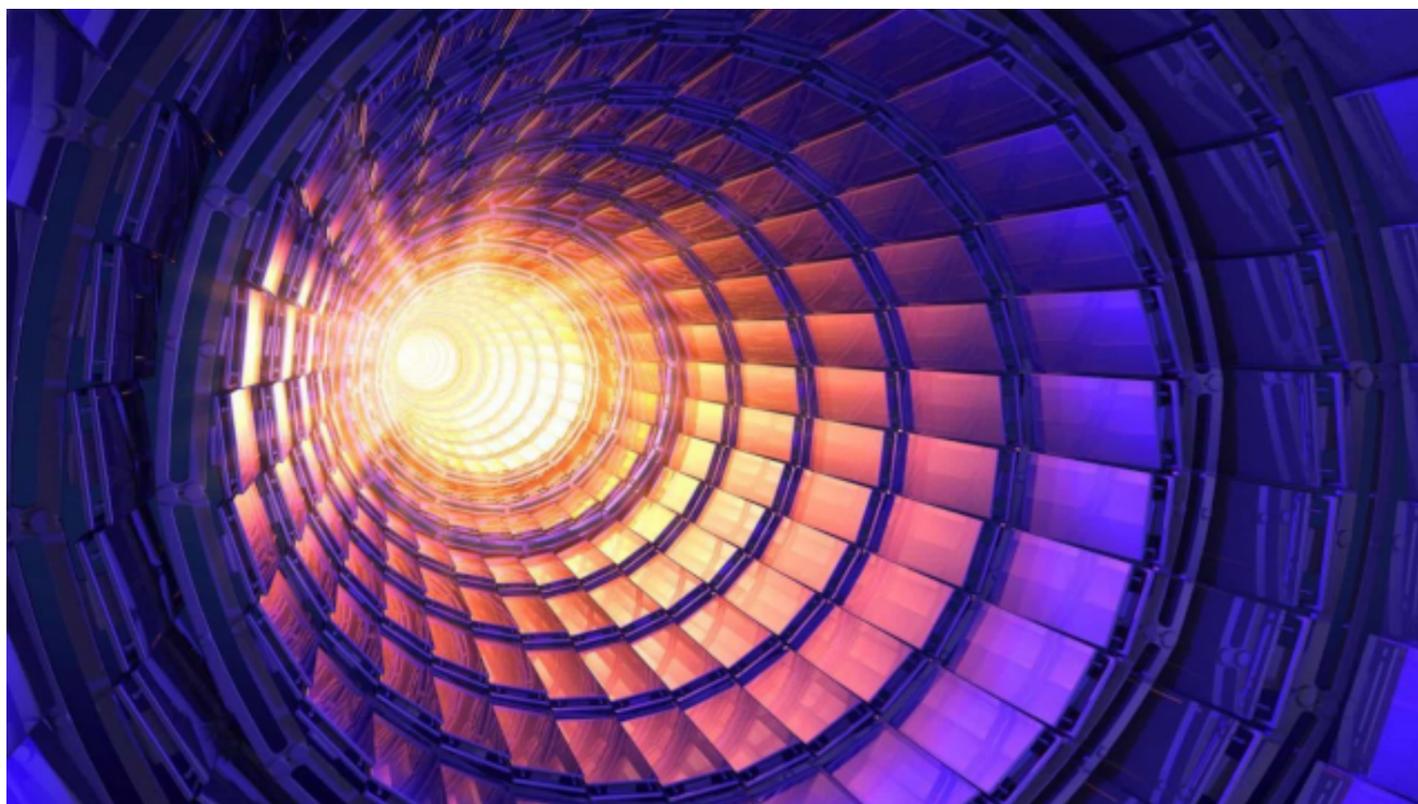
# Democracia: a partícula central da sociedade.

## AN Original

2019-11-15

Por Rafael dos Santos da Silva

Todas as manhãs, na fronteira leste entre França e Suíça, dezenas de cientistas de variadas nacionalidades emprestam seus conhecimentos afim de manipular uma máquina de aproximadamente 27 km de extensão, estabelecida a 175 metros abaixo do nível do mar. Essa máquina é denominada de Acelerador de Partículas de Hádrons, cujo objetivo é fazer a matéria viajar em sentido oposto a uma velocidade estratosférica até chocarem-se. Espera-se que os efeitos desse impacto revelem as entranhas da matéria, para assim conhecê-la na sua mais profunda essência. A grande hipótese perseguida estimula a ideia de que as partículas já estejam ali há mais 13,7 bilhões de anos e, portanto, estariam na origem do universo.



© iStock

O que isso tem a ver com a democracia? Estou convencido que a forma e o método empreendido na busca da essência da matéria têm algo a nos dizer sobre a busca pela a essência da democracia. Tal como aquelas partículas precisam colidir para mostrar suas entranhas, assim é a democracia, que não sendo matéria, precisa da nossa energia e movimento para ser chocada com a realidade, de tal forma que possa penetrar as entranhas da sociedade. Uma vez descoberta, talvez seja possível compreender sua formação para enfim modificá-la. Dito de outra forma: precisamos imprimir velocidade à democracia, fazê-la ir de encontro à realidade, para feito os cientistas que trabalham no acelerador de partículas, buscar a essência de nossa sociedade.

Enquanto não imprimimos movimento à democracia, ela gira em baixa rotação induzindo um processo adoecido. Nesse cenário, as disputas muitas vezes ilegítimas são eivadas de narrativas falsas quando não violentas. Os interessados na baixa rotação democrática agem para neutralizar a participação da grande sociedade e abrir espaço a manipulação de uma pequeníssima elite. Pequena no tamanho, porém com imensa capacidade de concentrar poder e riqueza. Essa elite, não só domina, mas manipula as leis

jurídicas e econômica. Não tem escrúpulo ou vergonha de induzir a informação e centrar força na manipulação eleitoral.

Ao dominar a informação, a economia e as leis, a elite produz uma **sociedade do atraso**. Estabelece um movimento carcomido para manter o *status-quo*. Elege como inimiga as instituições que aderem a resistência histórica, como os sindicatos, e toma de assalto aquelas que deveriam regular a sociedade. Em relação ao Brasil, pensava-se que esse tipo de classe estava interessada em dominar os modelos tradicionais da economia como os fluxos industriais, comerciais e de serviços, mas, hoje sabe-se das suas aproximações aos milicianos, ao tráfico internacional de drogas e até de armas. Eles tramam nos porões palacianos e agem de forma a açodar outros poderes.

Em baixa velocidade a democracia é facilmente sequestrada. Feito lama na água apodrece até regressar ao estado de exceção via força, ou **vigilância e controle**. A democracia em baixa rotação é, portanto, uma presa fácil, pois evita conflitos entre suas classes, não se choca com nada e não se revela. Dar-se pelo medo e engessada não evolui, tão pouco guarda a expectativa no futuro, porque o presente lhe serve enquanto camisa de força.

Nesse tipo de sociedade a democracia é reduzida a lógica eleitoral sem regras claras, e quando não está servindo a uma classe, é dela o caminho mais próximo rumo a acumulação da riqueza socialmente produzida. Por causa da baixa velocidade da democracia, não é possível aprofundar o ideário social da coletividade. Não é possível obter os ganhos da participação ou tão pouco conhecer os frutos da democracia participativa.

Em tal cenário, os **sindicatos são fortemente atacados**. Os movimentos sociais devem ser vistos como inimigos, e a classe trabalhadora é apinhada em seus direitos. Sem participação efetiva, a cidadania vira um mero instrumental burocrático reduzida a aquisição do CPF ou de algum tipo de endividamento bancário.

O primeiro desafio desse tipo de sociedade é olhar para a sua economia, pois é aí que ocorrem os primeiros movimentos de frenagem. Ao experimentar esse tipo de democracia é comum observar a classe trabalhadora comemorar o aumento na bolsa de valores como se fosse aumento no salário. A financeirização das relações sociais é vista aqui como elemento de crescimento e avanço social. A **vida a crédito**, não questiona o super lucro dos bancos, mas se há uma pequena transferência de renda aos pobres, está se torna uma verdadeira ameaça a soberania e rapidamente se torna um estorvo. Os pequenos produtores já não encontram espaço no sistema, enquanto as reproduções mediáticas fazem crer que o tudo é “tec”; o tudo é “pop” o tudo é “tudo, tudo”. Manipulam a inteligência alheia fazendo de uma bricolagem de palavras a verdade.

Qual o desafio da sociedade quando se encontra com esse tipo de democracia? O desafio consiste em aumentar a velocidade e intensidade do espaço democrático, via participação social. A democracia estar a ganhar velocidade ou a ficar estacionada à espera do próximo pleito? Recorro a Coutinho para quem **a democracia enquanto valor universal é o socialismo sem fim**. Ao dizer isso, o autor induz que a democracia é antes de tudo um processo em constante movimento a considerar erros e acertos em busca de formas e métodos, quase sempre questionáveis, mas nunca paralisada.

Como imprimir velocidade a democracia ao ponto de fazê-la colidir com a realidade? A bem da verdade é que não nos faltam conteúdos, mas ainda há ausência de organização social. Por isso, temos a **responsabilidade**, ou seja, uma resposta a possibilidade de enfrentar o desafio da democracia como movimento. Dá sentido e ritmo para além das eleições. Nasce aí o papel de ocupar os sindicatos, os movimentos sociais e os conselhos. E as eleições é claro! Não podemos deixar que nenhum desses instrumentos fiquem desocupados. É preciso ocupar os partidos políticos, escolher e se envolver, ir até às últimas consequências como ser candidato, mesmo sabendo da impossibilidade do sucesso. Aliás, sucesso aqui é a disputa do espaço público. Tencioná-lo até estabelecer outras tessituras. Dar velocidade à democracia é não confundir neutralidade com isenção. Não há neutralidade na política e o espaço vazio será rapidamente ocupado pela rapinagem política. Isento, podemos ser. Porque isento é aquele que não topa fazer o jogo sujo, a política da mesquinha, da manipulação.

Para finalizar, recordo a ideia de **revolução passiva** de Gramsci para atestar a capacidade de intervenção social. Para o italiano, o movimento entre a posição social e hegemonia possibilita uma leitura correta da história e aí sim, provocar ações transformadoras. É preciso com urgência pôr em funcionamento o Acelerador de Partículas da Democracia. Este não pode figurar no centro da Europa, mas nas periferias onde a democracia sofre com uma súbita desaceleração. Dessa forma, é possível estabelecer alta velocidade à democracia, assim, fazê-la colidir com a realidade. Isso exige muita organização social, muito trabalho militante e participação coletiva. Nesse limite, a colisão com a elite do atraso será inevitável revelando as entranhas de nossa democracia. Quem sabe aí não a conhecemos mais, para desta forma, feito os cientistas encontramos a nossa essência.



Doutorando em Sociologia - UC



**EPISTEMOLOGIAS  
DO SUL**



**Centro de Estudos Sociais**  
Universidade de Coimbra



1 2 9 0  
UNIVERSIDADE D  
COIMBRA



Organização  
das Nações Unidas  
para a Educação,  
a Ciência e a Cultura  
Universidade de  
Coimbra - Alta e Sã  
Inscrita na Lista do Património  
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.